

HISTÓRIA E IMPRENSA EM DIFERENTES TEMPOS E A IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE ANTONIO GRAMSCI

Matheus de Carvalho Leibão ¹

Resumo:

Este artigo visa realizar uma discussão no campo da História da Imprensa, levando em conta estudos sobre diferentes temporalidades, com foco na história brasileira. Discute-se aqui como, apesar das diferenças de contextos históricos abordados por distintas pesquisas, elas podem dialogar entre si e fornecer elementos teóricos e metodológicos que enriqueçam umas às outras. A argumentação é apresentada a partir do caso da abordagem recente do tema das cotas raciais por um jornal de circulação nacional. Ressalta-se então a contribuição do filósofo italiano Antonio Gramsci, que em seus escritos oferece importantes reflexões que nos auxiliam na análise sobre a imprensa.

Palavras-chave: Imprensa, História, Antonio Gramsci

Abstract:

This article aims to discuss some topics on the History of the press, considering several studies on different times. It is discussed here how they can establish dialogues and conceive theoretical and methodological tools in order to enrich each other, in spite of the differences of historical contexts that are analyzed by distinct researches. The debate is presented considering the case of the recent approach to the issue of racial quotas by a newspaper of national circulation. Hence, it is gilded the contribution of the Italian philosopher Antonio Gramsci, which has, in his writings, offered important thoughts that can guide us in the studies on the press.

Keywords: Press, History, Antonio Gramsci.

¹Matheus de Carvalho Leibão é historiador formado pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente cursa mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista CAPES. Também é estudante do curso de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Parte de sua produção acadêmica concentra-se nos estudos sobre História da Imprensa e História do Tempo Presente. E-mail: matheus_carvalho@id.uff.br

Introdução

A imprensa tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento acadêmico. Entre elas, podemos destacar a História. Não foram poucos os historiadores que, ao longo dos últimos anos, se dedicaram ao estudo de livros, jornais, revistas, folhetins, entre outras formas de publicação impressa. Daí, surgiu uma série de questões que buscavam explicar a importância dessas produções para as dinâmicas da vida social nas mais variadas espaço-temporalidades.

A História, enquanto disciplina profissional, inicialmente (no século XIX) não dispendeu muita atenção aos periódicos de uma maneira geral, tendo, sob influência do positivismo, privilegiado as fontes oficiais estatais (BARBOSA, 2007). Foi a partir do século XX, principalmente com o advento da Escola dos Annales, que o corpo documental de possibilidades de análise para o historiador se alargou, incorporando, entre outras produções, também a imprensa. A partir de então, ainda que a passos lentos, a imprensa passou a ser utilizada como fonte histórica relevante e passou também a ser objeto de investigação dos historiadores (BEZERRIL, 2011; CALONGA, 2012).

Segundo Derocina Sosa, estudar as relações entre História e imprensa permite ao historiador perceber “situações concretas que remetem às especificidades reveladoras de sua ideologia e de seus contatos com o poder” (SOSA, 2006, p. 109). Acredito que, além dessa possibilidade, ter a imprensa como objeto de estudo também pode nos ajudar a entender como as pessoas constroem seu conhecimento, seus valores e visões de mundo. Assim, defendo que os estudos históricos que têm a imprensa como objeto podem oferecer importantes ferramentas teórico-metodológicas que auxiliem outros historiadores da imprensa em seu processo de pesquisa. Então, este artigo, em especial, discutirá algumas questões acerca da possibilidade de entrecruzamentos entre determinados aspectos da História da imprensa brasileira do tempo presente² e estudos que focaram na imprensa dos séculos XIX e XX, a partir de alguns elementos teóricos mobilizados pelos autores. Como estudo de caso,

² Em um estudo de história do tempo presente, podemos dizer que historiador e objeto de pesquisa coexistem no tempo-espaço, tendo em vista que o(a) pesquisador(a) é/foi agente histórico da sociedade por ele(a) estudada. Este aspecto pode ser positivo, pois permite ao autor fazer entrelaçamentos entre as esferas micro e macro da realidade social. Entretanto, alguns fatores podem atrapalhar, como a imensa disposição de fontes e até mesmo o envolvimento pessoal do autor com seu tema de estudo, que pode prejudicar o caráter crítico necessário a qualquer produção historiográfica. Diante de potencialidades negativas e positivas em relação à história do tempo presente, Eduardo Meinberg Filho afirma que “a *experimentação das hipóteses de trabalho* pelo historiador, a *ambição científica responsável* pela construção do objeto de estudo, o *rigor de seus questionamentos* e a *correta metodologia* investigativa o protegeriam desta proximidade interferente.” [Grifos do autor]. Ver: CHAUVEAU & TÉTART, 1999; RÉMOND, 2006 e FILHO, 2009.

levarei em conta a abordagem recente do tema das cotas raciais por um periódico de circulação nacional. Dentro deste debate, destaco a fundamental contribuição conceitual de Gramsci acerca da hegemonia.

A preocupação com a imprensa do século XXI advém de pesquisa que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). Nela, estudo como foi abordada a temática das cotas raciais no jornal *O Globo*, um dos maiores em circulação no Brasil da segunda metade do século XX e desse início de século. O recorte cronológico da pesquisa compreende os anos que vão de 2003 a 2012, nos quais houve um intenso debate (em que parte dele foi travado em jornais e revistas do Brasil e demais meios de comunicação) na sociedade brasileira acerca da validade ou não desta proposta de política pública. Como marco inicial foi escolhido o ano de 2003, quando as políticas de cotas começaram a ser implementadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dando impulso a um debate que já existia ao menos desde 2001, com a conferência de Durban (ALVES, 2002). 2012 foi escolhido como o marco final da análise da pesquisa uma vez que, neste ano, foi sancionada por Dilma Rousseff a lei 12.711³, também conhecida como lei de cotas, que estipulou 50% de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas universidades federais, adotando também recortes sociais e raciais. A escolha por estudar o jornal *O Globo* ocorreu por conta de este ser um dos principais jornais impressos do Brasil e representante do projeto político da maior empresa de comunicação brasileira (TRISTÃO & MUSSE, 2013), o que o torna um dos mais importantes veículos impressos em circulação, articulado com um grande oligopólio midiático. Portanto, apesar de o debate sobre as cotas raciais não ter se restringido ao jornal, entende-se aqui que ele foi um dos seus principais fomentadores, principalmente por buscar enquadrar a questão como uma polêmica (CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013, p. 7). Assim, o estudo em andamento busca promover uma discussão crítica acerca de 79 editoriais, 281 reportagens informativas e 241 textos opinativos publicados no jornal neste período.

Essa pesquisa possui os seguintes objetivos: 1) Identificar, dentro das coberturas jornalísticas e textos argumentativos, quais atores sociais possuem maior visibilidade em *O Globo*, dando ênfase a seus argumentos, postos de enunciação e redes de sociabilidade/formação intelectual; 2) Discutir as possíveis razões pelas quais *O Globo* optou por privilegiar determinados atores sociais no debate acerca das cotas raciais em detrimento

³ O texto da lei pode ser acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm (Acesso em 13/12/2017)

de outros; 3) Discutir os motivos que levaram o jornal a pautar o debate a partir de um determinado viés e não de outro; 4) Verificar até que ponto aquilo que foi veiculado no jornal condicionou a formação da opinião pública sobre as ações afirmativas baseadas em critérios raciais adotadas por diversas universidades públicas do Brasil. Dado que a pesquisa ainda não está concluída, não apontarei para a resolução específica de cada um desses objetivos, mas a partir deles, discutirei a possibilidade de entrecruzamentos entre estudos sobre a imprensa de diferentes épocas, com foco na História do Brasil.

Do século XIX ao século XXI: possibilidades de entrecruzamentos na História da Imprensa

Um período histórico sobre o qual muitos estudiosos têm se debruçado é o século XIX. Neste século, a imprensa, tanto na Europa quanto nas Américas passou a ter uma importância maior para as sociedades⁴. Tal importância, podemos dizer, se estendeu até meados do século XX. Tanto que, para Gramsci, filósofo marxista que escreveu na Itália nas décadas de 1920 e 1930, a imprensa era a parte mais dinâmica da estrutura ideológica dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, ainda que não fosse a única (GRAMSCI, 2014).

Inventada no século XV por Johannes Gutenberg, a imprensa certamente ajudou a transformar a história dos escritos e da circulação de ideias. A imprensa periódica, surgida no século XVII na Europa, foi um marco importante neste processo. Nas Américas inglesa e espanhola, ela só se fez presente no século XVIII. Na América portuguesa, o surgimento da imprensa periódica só se deu com o processo de transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. A imprensa na sociedade brasileira, em seus primeiros anos, ocorreu com a instalação da imprensa régia e sob a censura prévia exercida pelo Estado português, o que não quer necessariamente dizer que havia um controle absoluto e totalmente eficiente sobre ela (MOREL, 2008).

Penso que os estudos sobre a imprensa de outras épocas podem ajudar na compreensão da imprensa do chamado tempo presente, pois questões semelhantes levantadas pela pesquisa que realizo foram encaminhadas por outros estudiosos⁵, o que também pode

⁴ No século XVIII, na Europa, a imprensa já desempenhava uma importante função, que aumentou em importância conforme a industrialização avançava no século XIX. Nas Américas, a imprensa teve um impulso significativamente forte conforme os processos de independência se saíram vitoriosos.

⁵ Além do estudo de João Braga Arêas, que destaco a seguir, pode-se mencionar também os artigos de Luiz Alberto Grijó e Maria Helena Capelato, ambos do livro *História do Tempo Presente*, organizado por Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta Moraes Ferreira. Ver: GRIJÓ, 2006 e CAPELATO, 2006.

ajudar a apontar importantes caminhos metodológicos para que a pesquisa consiga se efetivar. Por exemplo, João Braga Arêas, ao investigar o jornal *O Globo* na transição da ditadura empresarial-militar brasileira para a Nova República, debate a função política dos meios de comunicação e como eles contribuem para a conformação de um consenso (ARÊAS, 2015). No caso da pesquisa deste autor, verifica-se uma preocupação com o estabelecimento de uma ordem econômica neoliberal. No estudo que desenvolvo, verifico uma preocupação do mesmo veículo com a manutenção de um paradigma – o da Democracia Racial brasileira. Em que pesem as diferenças que envolvem os processos econômicos e as dinâmicas culturais, é possível identificar métodos dos quais os veículos de comunicação lançam mão para tentar fazer valer os seus interesses. Um exemplo é a utilização de textos e entrevistas nos quais o jornal recorre à figura do “especialista”, geralmente alguém com alta titulação acadêmica, para dar legitimidade às suas discussões e às suas narrativas.⁶

Além disso, muitos conceitos mobilizados pelos historiadores do século XIX também podem ser de grande valia para o historiador do tempo presente. A historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, por exemplo, ao estudar as relações entre a imprensa e a opinião pública no mundo luso-brasileiro, na segunda metade do século XVIII, trouxe uma série de contribuições pertinentes acerca deste conceito. Afinal, o que seria a opinião pública? Teria ela uma feição a-histórica, isto é, possuiria os mesmos significados independentemente do período histórico estudado? Do ponto de vista da autora e de qualquer historiador minimamente atento às particularidades de cada período histórico, certamente, a resposta é negativa. Para Neves,

Profundamente marcada pela cultura oral e pelos traços próprios do Antigo Regime, aos quais se somara, no entanto, a peculiaridade da escravidão, a sociedade da América portuguesa evidenciava que a concepção de opinião permaneceu, por um longo tempo, vinculada à de **voz popular** ou **voz geral**. (NEVES in FERES JUNIOR, 2009: 181) [Grifos no original]

Portanto, para a autora, para se estudar a importância da imprensa na formação da opinião pública, assim como o próprio conceito de opinião pública no mundo luso-

⁶ No caso da pesquisa de Arêas, os “especialistas” são, via de regra, profissionais do campo da economia, que em boa parte dos casos buscavam sustentar a tese do jornal de que as privatizações levariam a um maior dinamismo e crescimento da economia brasileira. No caso da pesquisa que desenvolvo junto ao PPGH-UERJ, eles são, na maioria das vezes, profissionais do campo da sociologia e da antropologia, que, em meio à controvérsia das cotas raciais, debatiam a validade ou não do conceito de raça para a promoção de políticas públicas de inclusão social. Neste sentido, destacaram-se, entre 2003 e 2012 a figura do sociólogo Demétrio Magnoli e da antropóloga Yvonne Maggie, que compartilhavam da mesma visão do jornal acerca das cotas raciais, isto é, de que elas seriam maléficas para a sociedade brasileira, diante da possibilidade de inoculação do racismo em uma sociedade miscigenada, além de violarem o princípio constitucional da igualdade perante à lei.

brasileiro, é necessário, conseqüentemente, que as “marcas da oralidade” sejam levadas em consideração. Tais “marcas”, obviamente, não necessariamente eram comuns a todas as sociedades nas quais a imprensa se fez presente. Essa constatação nos possibilita compreender com maior eficácia as práticas culturais que permeiam a produção e a circulação dos impressos nas mais variadas sociedades, nos mais variados tempos.

De acordo com Neves, os primórdios do conceito de opinião pública na sociedade luso-brasileira coincidem com um momento no qual as discussões políticas começaram a ser realizadas para além dos círculos da corte, atingindo assim, novos espaços de sociabilidade, com destaque para os cafés, as academias e as livrarias (NEVES, 2009: 183). Assim, a imprensa tornou-se um importante instrumento de atuação política ao longo do século XIX. Parto da perspectiva de que, apesar de tomar novas feições, diversificando-se e se tornando mais complexa, a imprensa, apesar de ter a neutralidade enquanto retórica, continua a exercer um papel fundamentalmente político ao longo do século XX e no início do século XXI.⁷

É claro que existem profundas diferenças entre a imprensa do século XIX e a imprensa do século XXI, sobre a qual dedico meus estudos. Porém, ao entrelaçar oportunamente o conceito de opinião pública e a imprensa do século XIX, Neves nos ajuda a lançar mão de uma interpretação que não vê este conceito como formador de um modelo de pensamento único e homogêneo, ainda que a intenção de tal formulação tenha passado pelo pensamento de alguns intelectuais. Logo, a formação de uma opinião pública homogênea, na imensa maioria dos casos, não passa de um discurso acionado por setores da sociedade – que não se sustenta, conforme as concepções do estudo citado anteriormente. Ela, portanto, longe de ser determinada pelos impressos, é múltipla, fragmentada e está em constante disputa (FIGUEIREDO & CERVELLINI, 1995). Nesse sentido, o conceito, ainda que aplicado a diferentes contextos, parece ter validade como ferramenta analítica tanto para o século XIX quanto para o XXI. No trabalho que desenvolvo, não me aproximo de um conceito de opinião pública pautado em uma homogeneidade ou como mera reprodução dos meios de

⁷ Como bem sintetizou Luiz Alberto Grijó, “O que ocorre no caso brasileiro é que o discurso do profissionalismo, o qual contempla os seus corolários da independência, imparcialidade e objetividade, juntamente com a “missão” autoapregoadas pelas empresas de comunicação de levar à “opinião pública” a suposta “verdade dos fatos”, a “informação” e se erigirem em baluarte e bastião da “liberdade de expressão” e da “democracia”, finda por se tornar uma cortina de fumaça que não exatamente encobre, mas funde e confunde o que seriam especificidades e interesses jornalístico-empresariais com os político-partidários e com a ideologia atualmente dominante, genericamente denominada neoliberalismo”. Ver: GRIJÓ, 2006: 288

comunicação, mas sim como uma construção heterogênea e relacional entre os indivíduos, grupos, instituições e movimentos que participaram do debate acerca das cotas raciais (CHARAUDEAU, 2016; BECKER in RÉMOND, 1996). Isto de forma alguma quer dizer que as disputas em torno da opinião pública travadas na imprensa dos séculos XIX e XXI tenham se dado de forma idêntica. O que pretendo destacar é que, por muitas vezes, uma obra que se dedica a outras temporalidades pode ajudar o historiador a conduzir as suas pesquisas, ainda que seja necessário todo cuidado possível para que não caiamos nos erros de anacronismo. A discussão de Neves, portanto, não é o único exemplo que ilustra esta possibilidade. Há outros casos possíveis. Exporei brevemente a seguir alguns estudos que auxiliarão em minha pesquisa, a fim de buscar comprovar o ponto que levanto. Alguns historiadores realizam discussões sobre a imprensa periódica identificando os jornais e as revistas como representantes de um projeto político específico. Se esta premissa não é válida para a análise de todos os periódicos já produzidos na História, acredito que ela seja válida para, pelo menos, boa parte deles.

Neste sentido, cabe destacar que Marcello Basile traçou um importante panorama dos projetos políticos para a construção do Estado brasileiro que constavam na imprensa fluminense (BASILE in NEVES, MOREL & FERREIRA, 2006). Em estudo dedicado aos primeiros anos do período regencial (período crucial para a consolidação do Brasil enquanto Estado-nação), o historiador identificou que diferentes periódicos buscavam legitimar diferentes visões de mundo e, conseqüentemente, projetos políticos para o Brasil. Estes projetos giravam em três polos político-ideológicos: os projetos moderado, conservador/caramuru e o exaltado. Jornais como a *Aurora Fluminense* (moderado), *Nova Luz Brasileira* (exaltado), *Brasileiro Pardo* (conservador/caramuru) buscavam, mais do que informar seus leitores daquilo que eles considerassem necessário ou justo, formar moral e intelectualmente os seus leitores.

Partindo desta constatação, podemos entender a imprensa do século XIX não apenas como uma imprensa incendiária e/ou panfletária, mas também como uma abordagem educativa. Quem sugere tal abordagem é Maria Lúcia Pallares-Burke. Em seu artigo, a autora, preocupada em entender os processos educacionais levando em conta os processos informais (isto é, não oficiais) de educação, destacou a importância da imprensa do século XIX como parte fundamental dos processos de ensino-aprendizagem não apenas no Brasil, mas também como em outros lugares da América Latina. De acordo com a autora,

Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc., têm tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. Recentes estudos nessa linha têm argumentado que os meios de comunicação moderno, até os que pretendem ser de puro entretenimento, sempre ensinam (PALLARES-BURKE; 1998: 145).

Não apenas as elites letradas brasileiras produziram os seus impressos no século XIX. A nascente classe operária brasileira buscou construir os seus próprios meios de comunicação, boa parte deles com ideias revolucionárias, no intuito de agregar o maior número de adeptos possível às causas do comunismo, por um lado, e do anarquismo, por outro. A imprensa operária no final do Império e no início da República – período que coincide com a transição do escravismo para o capitalismo e a consequente formação do proletariado brasileiro – também buscou, com suas revistas e jornais – em sua maioria com grandes dificuldades de circulação e produção – educar os seus leitores, isto é, alertá-los da exploração que sofriam e indicar caminhos para sua superação. Acerca desta temática, a obra de Maria Nazareth Ferreira é referência fundamental (FERREIRA, 1978).

A partir das considerações de Pallares-Burke e dos exemplos tomados das pesquisas promovidas por Basile e Ferreira, não considero que as características educacionais e políticas da imprensa do século XIX possam ser vistas de maneira separada, pois fortalecer um projeto político e torna-lo hegemônico requer estabelecer um determinado tipo de educação. Afinal,

Refletir sobre as modalidades de hegemonia e contra-hegemonia supõe analisar as formas de convencimento, de formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as diferentes modalidades de adestramento para o trabalho, as formas peculiares de sociabilidade dominantes em cada período, as maneiras de ser coletivas e as clivagens que as atravessam, averiguando seus processos de dominação, assim como as contradições que essas modalidades suscitam (FONTES in COUTINHO, 2008: 145).

Entretanto, o que significa hegemonia? Considero-a – assim como outros autores (FONTES, 2008; PAULA & MENDONÇA, 2013; MORAES, 2011, dentre outros) que se debruçaram sobre este conceito – uma forma de dominação complexa, calcada na combinação de dois elementos, que apesar de parecerem antagônicos, são complementares e algumas vezes atuam em conjunto: a coerção e o consenso.

Gramsci defende que a hegemonia é exercida a partir da combinação entre estes dois fatores, o que garante, assim, a consolidação do poder de uma classe ou fração de classe em relação aos demais membros e grupos de uma dada sociedade (GRAMSCI, 2014). Para a construção do consenso, o filósofo destaca a importância dos intelectuais, que assumem a

responsabilidade por tal tarefa, fazendo com que amplos setores sociais acreditem no tipo de sociedade defendido por eles, o que os faria ganhar credibilidade dentro de um determinado contexto social. Portanto, os intelectuais teriam uma função organizativa e conectiva, fazendo a mediação entre determinada classe (dominante ou subalterna) e o tecido social como um todo. A coerção, por sua vez, seria realizada pelos mecanismos diretos de poder, boa parte deles controlada pelo Estado, como a polícia ou as forças armadas. Os imperativos econômicos, como a necessidade de se vender a força de trabalho em troca de um salário, também podem ser interpretados como formas de coerção.

É principalmente dentro da sociedade civil que se desenvolvem os aparelhos privados de hegemonia, nos quais os intelectuais podem realizar as suas funções em relação às massas. Para Gramsci, que escreveu na Itália das décadas de 1920 e 1930, a imprensa era “a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única” (GRAMSCI, 2014: 78). Além dela, o intelectual sardo também destacou as igrejas, as escolas, as bibliotecas e até os nomes de ruas. Todos esses espaços, ou aparelhos privados de hegemonia, teriam a capacidade de condicionar a formação da opinião pública. A imprensa escrita, na época de Gramsci, certamente tinha um peso maior na formação do consenso do que hoje. Com a difusão do rádio, da televisão e, mais recentemente, da internet, os meios de comunicação, apesar de diversificados, mantiveram-se fundamentais no que diz respeito à consolidação de projetos de sociedade, tornando ainda mais complexas as dinâmicas em torno da hegemonia.

A hegemonia é uma forma de dominação complexa não apenas por conta dos fatores explicados anteriormente. Além deles, deve-se lembrar, ainda conforme o autor, que ela é sempre contestada, ou seja, desafiada por outra (s) forma (s) de se compreender a sociedade (MORAES, 2010). Logo, a existência de uma hegemonia pressupõe que haja uma contra hegemonia, que tende a colocar problemas para os quais as formas de dominação hegemônicas precisam dar resposta.

Um exemplo importante deste dinamismo nas relações de poder pode ser verificado na forma como o Estado brasileiro lidou com a questão racial. Até a década de 1990, poder-se-ia, de acordo com alguns autores, considerar que a ideia de Brasil como “Democracia Racial” havia sido hegemônica, uma vez que o próprio Estado brasileiro e as elites nacionais fomentavam esta construção identitária da nação, ainda que no campo da sociologia este “mito” fosse questionado desde a década de 1950 (CAMPOS; GOMES, 2016). Após o reconhecimento público de um grave problema racial no país pelo então presidente da

república Fernando Henrique Cardoso⁸, em um contexto de crescente mobilização de organizações do movimento negro no Brasil (PEREIRA, 2013) e de avanço dos debates antirracistas em diferentes lugares do mundo que culminou na Conferência de Durban em 2001 (ALVES, 2002), tal hegemonia parecia perder força, ainda que não tenha se tornado irrelevante. Os anos que se seguiram, nos quais houve o início das políticas de ação afirmativa no país, com a adoção de cotas raciais na UERJ, na UnB e na UEBA⁹ marcam um momento no qual acirra-se a defesa de dois tipos de leitura da sociedade brasileira que se pretendem hegemônicas: a antiga ideia da democracia racial e a “nova”¹⁰ ideia, que via o Brasil como um país com desigualdades sociais e raciais, no qual a adoção de ações afirmativas em prol dos grupos marginalizados seria um passo importante para a superação das inequidades.

Diversos setores sociais se envolveram nestas disputas em favor de uma leitura ou outra. Neste sentido, cabe destacar que *O Globo*, em suas produções, destacou como agentes proeminentes da defesa do ideal de democracia racial alguns intelectuais acadêmicos que se opunham às cotas raciais – em especial Demétrio Magnoli. Por outro lado, o veículo destacava com mais frequência a crítica ao racismo brasileiro quando ela era feita por membros do poder executivo, em especial os ministros ligados à Secretária de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), como Edson Santos e Matilde Ribeiro, defensores das cotas raciais. Verifica-se então uma tentativa do jornal de apresentar os críticos das cotas como “intelectuais” e os seus defensores como “políticos”, a fim de construir uma realidade que busca convencer os leitores da legitimidade da visão que era defendida pelo veículo.

É a partir destas disputas por uma narrativa hegemônica que podemos analisar a relação entre uma política pública, opinião pública e os meios de comunicação. Em um regime democrático liberal-burguês como o Brasil da nova república, as políticas públicas podem ser alvo de debates por parte de diferentes parcelas dos seus cidadãos. As opiniões destes, por sua vez, são importantes pois podem se transformar em derrota ou vitória nos

⁸ Em 1996, o governo federal, ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, organizou a conferência *Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos*. É possível afirmar que o discurso do presidente durante a abertura do evento marca uma ruptura do discurso dos governantes brasileiros com o mito da democracia racial. Sobre este assunto, ver: HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 18, p.57-65, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

⁹ Respectivamente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília e Universidades Estaduais da Bahia.

¹⁰ Grafo este termo entre aspas, uma vez que, como afirmado anteriormente, o questionamento ao mito da democracia racial no Brasil existe, pelo menos, desde de a década de 1950.

pleitos eleitorais, dependendo da forma como as políticas públicas são recebidas pela população. Os meios de comunicação possuem importância estratégica neste sentido, pois podem condicionar a forma como as pessoas avaliam uma política pública. Afinal, como afirmam Rubens Figueiredo e Sílvia Cervellini, “nos últimos anos, os brasileiros familiarizaram-se com a expressão “opinião pública”, que passou a aparecer com frequência nos jornais, revistas, rádios e televisões, além de fazer parte de discursos de candidatos e justificativas para escolhas de ocupantes de cargos públicos” (FIGUEIREDO & CERVellini, 1995). Entretanto, tal relação não se dá de maneira determinista. Afinal, já que o exercício da cidadania no Brasil da nova república se deu quase exclusivamente a partir do voto em representantes das diferentes esferas de poder a cada dois anos, era bastante possível que uma determinada política pública fosse aprovada sem contar com o consenso da maioria da população.

Este parece ter sido o caso das ações afirmativas raciais nas universidades públicas do Brasil. O debate acerca delas transformou-se em uma verdadeira controvérsia, sendo difícil verificar posições intermediárias sobre o tema. Porém, acredito que a transformação de tal discussão em uma grande polêmica não se deu pela natureza da temática, mas foi fomentada enquanto tal pelos próprios meios de comunicação. Nesse sentido, estou de acordo com Luiz Augusto Campos, João Feres Júnior e Verônica Toste Daflon, quando afirmam que

Se nenhum tema ou acontecimento é intrinsecamente polêmico, a ocorrência de controvérsias públicas depende em alguma medida da proliferação de coberturas midiáticas que apresentem dada questão como problemática e com decorrências coletivas consideráveis. Assim, o próprio ato de rotulação de determinado debate como “polêmica” por parte da imprensa contribui decisivamente para que a discussão em jogo assumam características semelhantes às de uma polemica. (CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013, p. 7)

Evidentemente, os projetos políticos em disputa no Brasil do século XIX eram absolutamente distintos dos projetos políticos do século XXI. Também no que diz respeito ao enfoque de cada uma das pesquisas citadas, os autores mencionados partem de questões gerais acerca da nação e das classes sociais em (trans) formação e ação, e não de um debate específico acerca de uma proposta de política pública, como é o caso da pesquisa que desenvolvo. De qualquer maneira, como o debate sobre cotas raciais não se encerrou em si mesmo, ele remeteu a questões que envolviam a construção, o questionamento e a reformulação de uma identidade nacional, além das questões relacionadas aos debates de classe e raça no Brasil, com seus possíveis entrelaçamentos. Isso possibilitou a abertura de um debate tão amplo quanto os estudos que discuti neste artigo.

Então, em diferentes períodos históricos, podemos identificar meios de comunicação como representantes de projetos de poder. Cabe lembrar também que os próprios meios de comunicação sofreram uma série de transformações estruturais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX – com o advento da televisão e, mais recentemente, da internet – que trouxeram novos elementos às suas condições de produção, circulação e consumo, o que certamente alterou as formas de leitura e apropriação daquilo que é divulgado nas mais diferentes mídias.

Além disso, ao menos na sociedade brasileira, tivemos transformações que não decorreram apenas de transformações técnico-científicas. A forma como o Estado lidou com os órgãos de imprensa (jornais, revistas, editoras, etc.), censurando-os, exilando, torturando ou matando jornalistas e escritores após o golpe empresarial-militar de 1964 e o Ato Institucional nº 5 de 1968 (KUSHNIR, 2004), também exerceu uma forte influência na forma como os impressos passaram a ser produzidos, consumidos e apropriados. Este contexto acarretou no favorecimento de oligopólios de comunicação, como é o caso das organizações Globo (MORAES, 2011; LIMA, 2011). De qualquer forma, tais cuidados de diferenciação dos períodos históricos não impedem o historiador do tempo presente de buscar referências (sobretudo teóricas) em obras que se dedicam a outros períodos.

Conclusão

Busquei enfatizar, neste trabalho, que dialogar com obras de outros períodos históricos ajuda o historiador do tempo presente não apenas com referências teóricas, mas também metodológicas, sobretudo porque, muitas vezes, quem se dedica ao estudo do tempo presente torna-se pioneiro no estudo sobre certos temas. Isso faz com que, além de estudos sobre espaço-temporalidades diversas, seja necessário também recorrer às contribuições de outras disciplinas. No caso da pesquisa que desenvolvo, estabeleço importantes conexões com a sociologia e com as ciências da comunicação. De fato, ainda existe uma certa resistência por parte dos historiadores em abraçar o tempo presente, ainda que este campo de produção historiográfica venha ganhando importância (CHAUVEAU & TÉTART, 1999; RÉMOND in AMADO & FERREIRA, 2006; FILHO, 2009). Logo, a pesquisa em andamento busca contribuir também para o fomento dos estudos do tempo presente, tendo os cuidados teórico-metodológicos específicos que este tipo de história requer. Um deles é evitar o anacronismo

ao dialogar com obras de outros períodos, algo que, se feito da forma correta, pode trazer grandes contribuições para a construção do conhecimento histórico.

A contribuição de Gramsci para o debate sobre a imprensa do mundo capitalista é válida tanto para os historiadores que se debruçam sobre análises contemporâneas e anteriores do filósofo sardo quanto para aquelas posteriores, como é o caso da pesquisa que venho desenvolvendo junto ao PPGH-UERJ. Afinal, em diferentes períodos históricos, a imprensa contribuiu para os processos de conformação de hegemonias e desenvolvimento de contra hegemonias, adquirindo maior ou menor relevância conforme cada caso. Porém, seu quadro teórico não pode ser utilizado de modo mecanicista, alheio aos diferentes contextos nos quais estão inseridas as disputas por hegemonia. De qualquer forma, se existem diferentes abordagens para se tratar a imprensa nas suas mais diferentes temporalidades, em qualquer uma delas, simplesmente negligenciar a contribuição de Gramsci parece constituir uma grande perda analítica.

Referências bibliográficas

ALVES, J. A. Lindgren. “A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 198-223. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a09v45n2.pdf>. Acesso em: 29/09/2015.

ARÊAS, João Braga. **As batalhas de O GLOBO: Ditadura Militar, Lula x Collor, Privatizações e a Vitória do PT em 2002**. Curitiba: Prismas, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. v.1.

BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense” (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Dp & A, 2006. p. 60-91.

BECKER, Jean-Jaques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, pp. 185 – 205. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/106486485/Livro-REMOND-Por-Uma-Historia-Politica>

BEZERRIL, Simone da Silva. “Imprensa e Política. Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão”. **II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA**. São Luís, jun. 2011. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerril.pdf>

CALONGA, Maurilio Dantielly. “O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História?”. In: **Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS**, vol. 01, n. 02 –

edição especial, p. 79-87, nov 2012. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf>

CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João & DAFLON, Verônica Toste. “Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, pp. 7-31, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200001&script=sci_abstract&tlng=pt

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. “Relações raciais no Brasil contemporâneo: Uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994 – 2013)”. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p.85-116, set./dez. 2016.

CAPELATO, Maria Helena. “História do tempo presente: a grande imprensa como objeto de estudo”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, pp 299-315.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo, Contexto, 2016.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVellini, Sílvia. “Contribuições para o conceito de opinião pública”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.171-185, dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641001>

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. “Para uma história do tempo presente: O ensaio de nós mesmos”. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Florianópolis, n. 17, p. 137-151. 2009. Disponível em: <http://www.culturaegenere.com.br/download/historiadotempopresente.pdf>

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880 - 1920)**. Petrópolis, Vozes, 1978.

FONTES, Virgínia. “Intelectuais e mídia: Quem dita a pauta?” In: COUTINHO, Eduardo Granja et al. **Comunicação e contra-hegemonia: Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. 2 v.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, pp 279-298.

HERINGER, Rosana. “Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas”. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.57-65, jan.

2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo editorial, 2004.

LIMA, Venício. **Regulação das comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro, Mauad X/FAPERJ, 2011.

_____. “Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p.54-77, jan-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MOREL, Marco. “Os primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luíza & DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008, p. 23-43.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “A imprensa como uma empresa educativa do século XIX”. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n° 104, p. 144-161, jul. 1998.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Sociedade Civil: Ensaios Históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Opinião Pública”. In: FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **O mundo negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013

RÉMOND, René. “Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2006. Cap. 15. p. 203-209.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e história. Biblos**, Rio Grande, v. 1, n. 19, p. 109-125, 2006. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/258>

TRISTÃO, Marisa Baesso; MUSSE, Christina Ferraz. O direito à informação e o (ainda restrito) espaço cidadão no Jornalismo Popular impresso. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação: Intercom**. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 39-59. 01/2013.

Recebido em: Julho de 2017

Aceito em: Dezembro de 2017